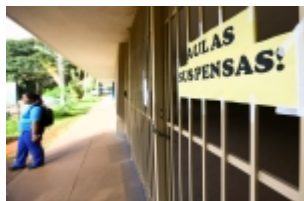


EDUCAÇÃO: DESIGUALDADE NO ENSINO PÚBLICO, EVIDENCIADA NA PANDEMIA



A desigualdade do ensino público no Brasil ficou evidenciada ao longo dos quase dois anos da pandemia de covid-19 que afetou o mundo e interrompeu aulas presenciais devido à necessidade de isolamento social. Estudantes carentes, sem condições de acesso a computadores ou tablets, professores sem banda larga percorrendo longas distâncias em busca de sinal de internet e desmotivação generalizada estão entre os problemas que mais afetaram a educação no país.

Um quarto das escolas públicas não tem acesso à internet, conforme o Censo Escolar 2020. Mesmo nas instituições com conectividade, 70% dos professores em áreas urbanas têm dificuldade em usar a tecnologia devido à baixa velocidade da conexão, segundo a Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras, de 2019, do Comitê Gestor da Internet no Brasil. Levantamento feito pela Fundação Lemann com cerca de 27 mil escolas públicas brasileiras, usando dados do censo e um medidor de velocidade, o Simet, apontou que apenas 5.425 instituições de ensino dispõem de banda larga em velocidade adequada. Para chegar a essa conclusão, divulgada em agosto, os pesquisadores usaram o critério do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que define a velocidade de acordo com o tamanho da escola.

Com debates no Plenário e em comissões e a apresentação de diversas propostas legislativas, senadores se mobilizaram na busca de medidas para minimizar os prejuízos na formação dos 47,3 milhões de estudantes matriculados na educação básica, segundo números do Censo Escolar de janeiro de 2021.

Retomada de aulas presenciais

Uma possível retomada obrigatória das aulas presenciais em 2022 ainda não é consenso entre especialistas da área. Divergências sobre o fim do ensino híbrido ou remoto no país foram expostas em audiências públicas como a que discutiu caminhos para a recuperação da educação, promovida pela subcomissão que acompanha o tema.

Na ocasião, a coordenadora-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Andressa Pellanda, considerou inadmissível que todos os estudantes e profissionais de educação sejam obrigados a comparecer às escolas, apesar da queda no número de mortes com o avanço da vacinação. Senadores e especialistas concordam, no entanto, que é preciso agir para recuperar o déficit educacional provocado pela pandemia e que é possível resgatar o atraso educacional provocado pela crise sanitária.

Foto: Divulgação